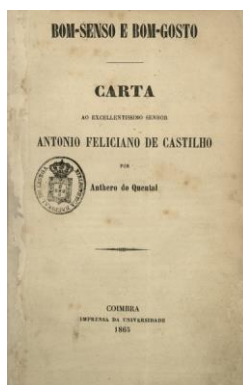


BOM SENSO. Com hífen ou sem hífen, eis a questão!

Nos tempos que correm, nem precisam de consultar livros, pois basta navegar por algumas páginas da *Internet* para se concluir que a questão é controversa. Empregar, ou não, hífen? Ponto que sempre precisou de cuidados especiais.

Grandes obras de referência em língua portuguesa não registam a expressão com hífen. Alto! A última edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (5.^a edição, 2009, p. 126), elaborado pela Academia Brasileira de Letras, regista: *bom-senso*. Sendo esta obra a fonte oficial para dúvidas ortográficas, os brasileiros, pelo menos, seguindo a norma-padrão, deveriam grafar com hífen. No entanto, nem tudo é o que parece! Consultemos a [versão em linha](#) desta mesma obra e, surpresa, “Nenhum resultado encontrado”. Advertência da instituição: “As divergências entre o VOLP impresso e a versão on-line resultam, quase sempre, de ter esta última incorporado as correções publicadas em suplemento, com as alterações feitas após a 5.^a edição.” Consultemos o dito suplemento. Nada, nada se encontra nas listas disponíveis de “Correções e Aditamentos a verbetes da 5.^a edição”.

Afirmar que esta expressão nunca levou hífen é ignorar o original de um dos mais polémicos e violentos textos da nossa literatura portuguesa. Em 1865, no opúsculo «Bom-senso e bom-gosto», assinado por Antero de Quental e dirigido a António Feliciano de Castilho, polémica que ficou conhecida como a Questão Coimbrã ou mesmo a Questão do Bom-Senso e bom-gosto*, é com hífen que está grafada.



*Folha de rosto do opúsculo.

Hoje, em sucessivas reedições, o vocábulo figura sem hífen.



Aos dicionários, apesar do muito que ainda se pode apontar, nunca faltou *bom senso*! Consultemos o *Houaiss* (versão brasileira ou a portuguesa), o *Aurélio*, a *Infopédia*, a *Priberam*, o da Academia... Alto! Embora o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, de 2001, polémico como qualquer obra verdadeiramente pioneira mas uma peça lexicográfica de inegável valor, registre *bom senso*, com uma abonação retirada de um periódico, «Mostra estar aberto ao diálogo e afirma querer uma solução de bom senso» (*Público*, 15.4.1993), melhor teria sido recorrer a um bom exemplo clássico, como, por exemplo, a um excerto de um texto escrito em 1887, assinado por Eça, com fortes laivos de atualidade no *Distrito de Évora*, que atesta a grafia sem hífen: «Em Portugal não há ciência de governar nem há ciência de organizar oposição. Falta igualmente a aptidão, e o engenho, e o bom senso, e a moralidade, nestes dois factos que constituem o movimento político das nações.» [sublinhado meu], o vocábulo também figura hifenizado no verbete “cabeça”, aceção número 15, enquanto sinónimo; no verbete “dedo”, na definição da expressão “ter dois dedos de testa”; na aceção 3 de “desconchavado”, e em mais alguns casos. Lamentável, diriam. Sim, mas de nada adianta apontar o erro, de nada serve criticar se não for para mudar, avançar. Daí que seja tão urgente a publicação de uma nova edição do Dicionário, essa que me encontro a coordenar e que junto de todos os académicos envolvidos se reúnem esforços para dar à luz uma obra da instituição que chama a si “o exigente papel de regulação da língua em Portugal” (cf. *Ciberdúvidas*).

Apesar de instalada a confusão, na realidade “bom senso” sempre se registou sem hífen na dicionarística portuguesa*. Vale a pena ainda esclarecer que o emprego do hífen nada tem que ver com a aplicação das novas regras ortográficas. O texto do novo Acordo Ortográfico é lacunar em muitos pontos. É verdade, mas não é o responsável por um *bom-senso*, com hífen, ou pela falta dele.

O hífen serve para ligar elementos de palavras compostas e é usado, no caso de um adjetivo (*bom*) e de um nome (*senso*) quando o conjunto dos elementos forma um sentido único. Reparem: um *baixo-relevo* não é um relevo que é baixo, mas antes uma escultura. O adjetivo, *baixo*, perde o seu sentido original e o conjunto dos vocábulos transmite um novo conceito, surgindo uma nova palavra que deve ser escrita com hífen; *belas-artes* são



manifestações artísticas; *meio-dia* é a hora. E o hífen de *bom-tom* não é obrigatório?

Passemos, agora, a analisar aquilo que considero ser o busílis da questão: as duas palavras, *bom senso*, no seu conjunto constituirão uma unidade semântica? Pois haverá fortes argumentos que nos levam a responder afirmativamente. Bastará, pois, olhar para a definição: “disposição natural para julgar corretamente, para bem ajuizar em situações específicas ou em diferentes realidades”. Estivesse aqui Aristóteles e dir-nos-ia que, na verdade, é o “elemento central da conduta ética”, vai mais além de fazer o que está certo, ou que é bom, é chegar ao equilíbrio, ao meio-termo (ou querem que seja meio termo?) através da razoabilidade e ponderação.

Enquanto lexicógrafa que observa atentamente a língua e o uso que os falantes fazem da mesma, declaro que estou diante de um bicho de sete cabeças! Há quem hifenize; há quem não o faça; há quem não saiba o que fazer! E de nada me adianta cortar algumas cabeças, o trabalho é de Hércules! Respeitando a tradição lexicográfica, dito o não uso do hífen, observando a estrutura do vocábulo e o seu sentido brado por um hífen! Não só eu, também Sacconi, no Brasil, o faz.

Não gostaria de cair em contrassensos, mas haja um julgamento correto e equilibrado, que não mais me perturbe a alma, haja bom-senso!

Porto, 2 de novembro de 2015

Ana Salgado

*Agradeço ao leitor Rui Santos a seguinte chamada de atenção:

“O *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, da Sociedade de Língua Portuguesa, coordenação do Prof. José Pedro Machado, edição de 1989, Vol II, pág. 382, grafa “bom-senso”. (...) Aí, é atribuído o significado de “disposição natural para julgar rectamente em assuntos concretos, que não admitem uma evidência lógica simples”. No entanto, o mesmo dicionário, no vol XI, pág. 91, na entrada “senso”, indica o significado (...) “aplicação da razão de uma pessoa, que lhe serve para julgar ou raciocinar em cada caso particular da vida; o acto de pensar calmamente para resolver ou julgar com equidade” (...).”